


**PROGRAMA MULHERES MIL: POLÍTICA PÚBLICA E MULHERES AMAZÔNIDAS
ACREANAS**

**WOMEN'S THOUSAND PROGRAM: PUBLIC POLICY AND WOMEN FROM THE
AMAZON AND ACRE**

**PROGRAMA MIL MUJERES: POLÍTICAS PÚBLICAS Y MUJERES DE LA AMAZONÍA
Y DEL ACRE**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-183>

Data de submissão: 17/11/2025

Data de publicação: 17/12/2025

Raimara Neves de Souza

Doutoranda em Educação na Amazônia
Instituição: Universidade Federal do Acre
E-mail: raimara_souza@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9112-7266>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0304282875939583>

Rafael Marques Goncalves

Doutor em Educação
Instituição: Universidade Federal do Acre
E-mail: rafael.goncalves@ufac.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9038-1542>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0460662499829326>

RESUMO

Este trabalho discute implementação do Programa Mulheres Mil na Amazônia Acreana, promovido pelo Instituto Federal do Acre no ano de 2024, a partir da análise do relatório de execução e de documentos oficiais. O objetivo foi compreender a implementação da política pública e seus efeitos na vida das mulheres participantes, principalmente, em relação ao retorno aos estudos, autoestima, autonomia e identidade. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, de natureza bibliográfica e documental. Os dados revelam alto índice de satisfação das alunas com o programa, destacando aspectos como ambientes adequados, suporte institucional. No entanto, também foram identificadas lacunas, como a necessidade de maior contextualização dos materiais didáticos e um currículo mais sensível às realidades territoriais, identitárias e culturais das mulheres amazônidas. O estudo aponta que o programa tem potencial transformador, mas que a sua eficácia pode ser ampliada com maior valorização da diversidade local. Finalizamos considerando que as políticas públicas na Amazônia Acreana precisam dialogar com o território que está inserida, observando suas singularidades. O programa se mostra como importante ferramenta de emancipação, mas é importante sua constante revisão para cumprir plenamente seu papel social.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil. Amazônia Acreana. Políticas Públicas. Mulheres. Ifac.

ABSTRACT

This paper discusses the implementation of the Thousand Women Program in the Acrean Amazon, carried out by the Federal Institute of Acre in 2024, based on the analysis of the execution report and official documents. The objective was to understand the implementation of this public policy and its

effects on the lives of the participating women, particularly regarding their return to formal education, self-esteem, autonomy, and identity. The methodology adopted was qualitative in nature, based on bibliographic and documentary research. The data reveal a high level of satisfaction among the students with the program, highlighting aspects such as appropriate learning environments and institutional support. However, gaps were also identified, such as the need for greater contextualization of the teaching materials and a curriculum more sensitive to the territorial, identity-based, and cultural realities of Amazonian women. The study indicates that the program has transformative potential, but its effectiveness could be enhanced through greater appreciation of local diversity. We conclude that public policies in the Acrean Amazon must engage in dialogue with the territory in which they are implemented, taking its singularities into account. The program stands as an important tool for emancipation, but continuous revision is essential for it to fully fulfill its social role.

Keywords: Women Thousand Program. Acrean Amazon. Public Policies. Women. Ifac.

RESUMEN

Este trabajo discute la implementación del Programa Mulheres Mil en la Amazonía Acreana, promovido por el Instituto Federal del Acre en el año 2024, a partir del análisis del informe de ejecución y de documentos oficiales. El objetivo fue comprender la implementación de la política pública y sus efectos en la vida de las mujeres participantes, principalmente, en relación con el retorno a los estudios, la autoestima, la autonomía y la identidad. La metodología adoptada fue de carácter cualitativo, de naturaleza bibliográfica y documental. Los datos revelan un alto índice de satisfacción de las alumnas con el programa, destacando aspectos como ambientes adecuados y soporte institucional. Sin embargo, también se identificaron lagunas, como la necesidad de una mayor contextualización de los materiales didácticos y un currículo más sensible a las realidades territoriales, identitarias y culturales de las mujeres amazónicas. El estudio señala que el programa tiene potencial transformador, pero que su eficacia puede ampliarse con una mayor valorización de la diversidad local. Finalizamos considerando que las políticas públicas en la Amazonía Acreana necesitan dialogar con el territorio en el que se insertan, observando sus singularidades. El programa se muestra como una importante herramienta de emancipación, pero es importante su constante revisión para cumplir plenamente su papel social."

Palabras clave: Programa Mujeres Mil. Amazonía Acreana. Políticas Públicas. Mujeres. Ifac.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia, enquanto campo de disputa, como território, corpos, sentidos, origens, narrativas, suas múltiplas dimensões, realidades e modos de vida. Nesse contexto plural, a vida ocorre de forma cultural, social, econômica e política, que podem reproduzir um olhar eurocêntrico, sudocêntrico, que reproduz desigualdades e silenciamentos, mas também resistência. É nesta discussão que este estudo se insere, compreendendo a Amazônia como lugar do sujeito de suas identidades e disputas.

Este artigo tem como objetivo compreender, a partir do território da Amazônia Acreana, a execução do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Acre, em 2024, compreendendo a implementação da política pública e seus impactos na vida das mulheres participantes, principalmente, em relação ao retorno aos estudos, autoestima, autonomia e identidade, identificando seus alcances e limites enquanto política pública voltada para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Interessa-nos compreender como essa política é implementada na realidade amazônica e se, de fato, dialoga com os modos de vida, as identidades e os contextos locais das mulheres acreanas.

A metodologia adotada é qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Utilizamos como fonte principal o Relatório de Execução do Programa Mulheres Mil - Campus Rio Branco (2024) e a Portaria nº 725/2023, do Ministério da Educação, que institui a política em âmbito nacional. O trabalho se situa como estudo de caso, ao focar na aplicação local de uma política nacional, possibilitando uma leitura situada e crítica.

O estudo desenvolvido revela que o Programa Mulheres Mil - PMM, apesar de suas lacunas estruturais e normativas, possibilita transformação ao se aproximar de realidades locais. A experiência em Rio Branco aponta para caminhos que envolvem escuta ativa, valorização das origens e fortalecimento da identidade das mulheres amazônicas acreanas, embora ainda necessite de adaptação territorial e reconhecimento das singularidades.

A estrutura do artigo está organizada em três capítulos: o primeiro apresenta o material e método da pesquisa; o segundo com resultados e discussão sobre a Amazônia como território de disputa e resistência, discute a educação na Amazônia Acreana e a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Ifac como espaço de resistência, discute ainda os resultados apresentados no relatório de execução das atividades e por fim as considerações finais.

A problemática que orienta esta pesquisa parte da observação de que, embora a política estudada proponha inclusão e formação cidadã, ela poderia dialogar mais com o território, a cultura e a identidade das mulheres amazônicas. Assim, a questão norteadora que conduz esse estudo é: em

que medida o Programa Mulheres Mil, na sua execução pelo Ifac, reconhece e valoriza as especificidades territoriais, culturais e sociais das mulheres amazônidas acreanas, trazendo pertencimento e autonomia?

A partir dessa reflexão, o artigo propõe uma leitura crítica da política pública em questão, contribuindo com o debate sobre a importância de territorializar as ações educacionais e reconhecer os sujeitos da Amazônia como protagonistas de suas histórias.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de obras, artigos científicos, enquanto a pesquisa documental teve como principal fonte o Relatório de Execução do Programa Mulheres Mil – Campus Rio Branco (2024), disponibilizado pela coordenação do mesmo, via e-mail, foram analisados também, os Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados, documento acessado por meio do sistema Sei de pesquisa publica, a Portaria nº 725/2023, que institui a política do PMM em âmbito nacional, entre outros documentos nacionais no âmbito do PMM e da educação profissional, científica e tecnológica.

A análise dos documentos buscou compreender elementos relacionados à implementação da política pública, às práticas pedagógicas, ao suporte institucional oferecido às participantes e à sensibilidade territorial do programa. Além disso, foram examinados os dados quantitativos presentes no relatório, especialmente os referentes à satisfação das alunas, evasão, conclusão e percepção sobre o retorno aos estudos.

O estudo caracteriza-se ainda como um estudo de caso, por examinar a implementação local de uma política pública nacional no território da Amazônia Acreana, especificamente no Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco. Segundo Yin (2015), o estudo de caso é apropriado quando se busca compreender fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos reais.

No que se refere às considerações éticas, o estudo utilizou exclusivamente documentos institucionais de acesso autorizado. As informações analisadas não identificam individualmente as participantes, garantindo sigilo, privacidade e preservação de suas identidades. Os dados foram empregados unicamente para fins acadêmicos e analíticos.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1 EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE DISPUTA NA AMAZÔNIA ACREANA

Educação escolar na Amazônia Acreana, se constitui em meio a um território, marcado pela pluralidade cultural, pelos desafios geográficos, pelas desigualdades e disputas econômicas com a floresta. Dentro desses contextos diversos, é importante reconhecer que a escola não é um espaço físico e nem práticas pedagógicas prontas e padronizadas, mas um espaço que atravessa, florestas, rios, campos e centros urbanos, que têm ancestralidade, cultura e anseios.

É necessário reconhecer que a educação na Amazônia Acreana exige muito mais que aplicação de medidas e políticas públicas de forma macro, exige sensibilidade para escutar os povos que habitam esse chão, acolher seus modos de vida e valorizar seus saberes e seus anseios.

O Acre possui uma área territorial de 164.082,960 km² e uma população estimada em 830.018 pessoas, segundo dados do IBGE (2022). Conforme dados do ano de 2020, o estado conta com 1530 escolas distribuídas em todo estado, sendo 616 estaduais, 864 municipais, 7 federais e 43 privadas, atendendo mais de 256 mil estudantes (Inep, 2020). As escolas estão presentes nos diversos espaços geográficos, e exigem políticas públicas e práticas pedagógicas que estejam atentas à diversidade e à complexidade da região e seus acessos.

Diante da complexa realidade da Amazônia Acreana, é essencial que as políticas públicas educacionais sejam pensadas a partir das particularidades de cada território, reconhecendo as desigualdades históricas, geográficas e culturais que são vivenciadas pela região. Embora a elaboração da política por si só não garantam plenamente o direito à educação escolar em sua forma plena, ela representa um ponto de partida, sendo necessário seu acompanhamento constante para que esse direito seja efetivado de maneira justa e integral (Cardoso; Portal; Carvalho, 2023).

Assim, é necessário que essas políticas estejam ancoradas nas realidades locais e na complexidade da educação na Amazônia Acreana, exigindo um olhar sensível, crítico e estratégico que vá além da universalização do acesso, mas propicie permanência e êxito individualmente e para a comunidade. Nesse contexto, surge um campo relevante para a discussão, as políticas públicas para a educação amazônica acreana, a partir da educação profissional, científica e tecnológica.

3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA ACREANA: TERRITÓRIOS, DESAFIOS E DISPUTAS

Discutir sobre a Educação Profissional na Amazônia Acreana é refletir sobre um campo que, por si, já é dual, já é feito de tensões e contradições, entre o tecnicismo e a emancipação, entre o

atendimento ao mercado, a lógica capitalista, e a criticidade, a formação integral do ser, e ao discutimos na realidade acreana, temos a dualidade entre o silenciamento e o enfrentamento.

A história da educação profissional no Brasil, é marcada, por fins tecnicistas, industriais, para exclusiva formação do trabalhador para “apertar parafusos”, por meio de políticas e práticas pedagógicas segmentadas, desconsiderando os sujeitos, e essa realidade ainda persiste, alicerçado em uma concepção de mercado como denunciado por Saviani (2007).

No entanto, precisamos enfrentar as barreiras tecnicistas, e que permitam ir além do desenvolvimento de habilidades apenas para as demandas do mercado, mas que promovam a liberdade, a criação e a transformação, e nesta perspectiva a educação profissional pode se tornar um espaço de resistência especialmente no estado do Acre. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), destacam que é essencial uma formação omnilateral, ou seja, que articule trabalho, ciência, cultura e tecnologia em uma perspectiva emancipatória e integral.

Observando os aspectos legais, a educação profissional, tem amparo na Constituição Federal de 1988, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), e a Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892/2008). Esta última estabelece que a educação profissional deve promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável local e regional, pesquisas e inovações. Assim, há embasamento legal para o rompimento de uma educação tecnicista.

Mas como garantir que esses princípios se concretizem em contextos como o da Amazônia Acreana, marcada por desafios históricos, geográficos, econômicos e culturais. Para isso é essencial compreendermos o papel das políticas públicas, que de acordo com Souza (2006), são ações e decisões do Estado orientadas para enfrentar problemas sociais e garantir direitos, e envolvem processos de formulação, implementação e avaliação, não são neutras, carregam conflitos, interesses e disputas.

Dourado (2010) argumenta que as políticas públicas educacionais expressam os projetos de sociedade em disputa. Portanto, precisamos analisar as políticas da educação profissional, nos questionar: “A quem elas servem? “Atendem aos interesses do mercado ou das populações historicamente marginalizadas?” “Reconhecem os sujeitos e o seu território ou reforçam a lógica de subordinação e silenciamento”.

É nessas discussões que o conceito de território e territorialidade se tornam fundamentais. Segundo Milton Santos (1999), o território não é apenas o espaço físico, mas um espaço vivido, carregado de relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Haesbaert (2004) complementa ao

dizer que territorialidade é a maneira como os sujeitos se apropriam desses territórios e produzem sentidos sobre eles.

Nesse território, a educação profissional precisa ir além de ofertar cursos e preencher matrículas. Precisa dialogar com os modos de vida locais, com a diversidade étnica, com as populações ribeirinhas, indígenas, extrativistas e periféricas, necessitar ser uma resposta às desigualdades estruturais, a olhares eurocêtricos e sudocêtricos, e não uma repetição de modelos.

Em 2024, segundo dados do Inep (2024) na educação profissional brasileira, o número de matrículas chegou a 2,6 milhões, um aumento de 33,1% em relação a 2020. O maior crescimento ocorreu nos cursos técnicos integrados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com um avanço de 53,6%. Os dados apresentados sugerem avanços, mas como discutem Gentili (1995) e Dussel (2018), não basta incluir mais pessoas no sistema se os currículos, métodos e políticas continuam excludentes e descolados da realidade.

Na Amazônia Acreana, essa exclusão se acentua pelas particularidades locais, e não reconhecimento das identidades como fundamentação para os projetos pedagógicos dos cursos. Gramsci (1981), já discutia os problemas de uma formação técnica desarticulada da formação integral do ser.

Os Institutos Federais, nesse cenário, são atores importantes. Criados com a missão de promover uma formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão e precisam aprofundar o compromisso com os territórios onde atuam. Podemos ressaltar que nenhuma política pública, por mais adequada que seja em sua concepção, garante transformações reais se não houver comprometimento por meio dos agentes, participação social, escuta ativa e acompanhamento contínuo.

Assim, a educação profissional na Amazônia Acreana, não pode ser pensada apenas a partir das exigências do mundo do trabalho ou dos indicadores e políticas generalistas, devem ser pensadas e construídas a partir dos territórios, das vozes locais, das realidades amazônidas, para que assim possam cumprir sua função emancipadora e transformadora, contribuindo para uma educação que respeita e fortalece os modos de vida local.

No estado do Acre, o Instituto Federal do Acre (Ifac) enfrenta desafios, como a permanência dos estudantes, a valorização dos saberes locais e a construção de práticas pedagógicas contextualizadas. Diante disso, é necessário refletir sobre o papel do IFAC enquanto espaço de resistência na Amazônia Acreana, capaz de promover uma educação que dialogue com os territórios e contribua efetivamente para o desenvolvimento social e cultural da região.

3.3 IFAC NA AMAZÔNIA ACREANA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

A educação Profissional no Acre contempla, a rede privada, federal, estadual e municipais em parcerias com outras instituições, mas focaremos nesta discussão na Rede Federal que contempla o Instituto Federal do Acre (Ifac), criado em 2008 pela Lei nº 11.892, a mesma que instituiu a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica. Iniciou suas atividades em 2010, e tem a missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, garantindo ações voltadas à formação cidadã no Estado do Acre (Ifac, 2021). Desde então o Ifac tem se apresentado como um espaço de formação, produção de conhecimento e participação na comunidade.

Atualmente com *campi* em cinco cidades do estado, sendo elas: Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri e Rio Branco com dois *campi*, ofertando cursos regulares de pós-graduação *stricto sensu*, *lato sensu*, graduações, técnicos integrados ao ensino médio e subsequentes. (Ifac, 2020)

O Ifac, nesse contexto, busca não apenas formar para o mercado, mas ser uma instituição que colabora com a transformação social. Na Amazônia acreana, onde a desigualdade de acesso, segmentações, distanciamentos e silenciamentos históricos ainda são profundos, a presença dos Institutos Federais, assume uma dimensão política e cultural significativa. Como discutem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a educação profissional deve integrar trabalho, ciência e cultura, respondendo às necessidades da população e promovendo a emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados.

No Ifac, além dos cursos regulares, há também os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), voltada para a formação em diferentes contextos e realidades. Esses cursos são ofertados de forma institucional ou por meio de políticas públicas federais, a exemplos do Pronatec, Qualifica Mais progredir e Mulheres Mil.

Entre as experiências com os cursos FIC, destacamos o Programa Mulheres Mil, que é objeto de análise nesse estudo. Criado em 2007 como projeto piloto na Rede Federal, o programa visava promover acesso à educação e inclusão social para mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente no Norte e Nordeste do país (Brasil, 2007). Com foco na formação integral, o programa propõe a articulação entre qualificação profissional, elevação da escolaridade, autoestima feminina e a promoção da cidadania.

A partir de 2011 o programa foi institucionalizado como política pública e ampliado para toda a Rede Federal. Após um período de descontinuidades de 2016 a 2022 (Brasil, 2023), o programa foi retomado em diálogo com os desafios de gênero, território e cidadania. No Ifac, a execução do

Mulheres Mil mobiliza equipes, redes e comunidades, chegando a mulheres que historicamente estiveram à margem das políticas educacionais. Ao analisar o relatório de execução do programa, especialmente do realizado em Rio Branco, percebemos que é um território de escuta, fortalecimento da autonomia feminina, mas ainda há o que caminhar e avançar.

Como observa Arroyo (2004), a educação, é também lugar de acolhimento, encontro de histórias e disputas de sentidos. Ao ofertar cursos voltados para mulheres em situação de vulnerabilidade social. O Ifac amplia seu papel como agente de resistência e transformação na Amazônia Acreana, contribuindo para novas rotas nas trajetórias de vida e fortalecimento das identidades femininas amazônidas.

Dessa forma, podemos analisar, por meio do relatório de gestão, a experiência do Programa Mulheres Mil na construção de uma Amazônia que resiste, cria e se reinventa a partir de seus próprios territórios e sua identidade.

3.4 PROGRAMA MULHERES MIL: TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA ACREANA

Ao refletirmos diretamente sobre o Programa Mulheres Mil, enquanto política pública educacional, percebemos como potencial transformador, principalmente ao articularmos a realidade dos territórios onde se insere. Neste capítulo analisamos o de forma bibliográfica e documental, fundamentada no Relatório de Gestão do Programa Mulheres Mil - Rio Branco (2024) e na Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023, que institui formalmente o programa na nova fase de implementação.

O programa tem como objetivo promover a inclusão educacional e social de mulheres em situação de vulnerabilidade social, integrados a ações que objetivam a elevação da escolaridade, fortalecimento da cidadania e estímulos à permanência e continuidade nos estudos. A Portaria em estudo, tem caráter nacional e não menciona explicitamente a mulher amazônida, nem reconhece as especificidades culturais, territoriais e socioeconômicas da Amazônia como aspectos estruturantes da política.

Contudo, a própria normativa, em seu Art. 8º, afirma que: “§ 1º Observadas as diretrizes desta Portaria, as redes ofertantes poderão adotar outras ações que julgarem necessárias para a consecução dos objetivos do Programa.” (Brasil, 2023, p. 2). Esse artigo possibilita que as redes ofertantes possam construir ações com maior sensibilidade territorial e sociocultural. Nesse sentido cabe às redes não o papel de apenas aplicador da política, mas de aplicá-las a partir das vivências locais, escutando os sujeitos que a compõem e compreendendo os sentidos de ser mulher em cada realidade.

No caso estudado, especialmente em Rio Branco, em 2024, o Ifac ofertou os cursos de fevereiro a dezembro, com preenchimento total das matrículas. Os cursos ofertados incluíam, Operadora de Caixa de Supermercado, Assistente em Recursos Humanos e Microempreendedor Individual, realizados em diferentes bairros urbanos da capital acreana, como Cidade Nova, Sobral e Xavier Maia, e participavam alunas dos mais diversos bairros, houve a oferta também nos municípios de Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri e Cruzeiro do Sul.

Apesar do êxito em termos de matrículas, ao analisarmos os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), e os conteúdos curriculares aprovados por resoluções institucionais, notamos que os PPCs tendem a desconsiderar a mulher amazônica como sujeito central do processo formativo. As disciplinas abordam conteúdos técnicos e sociais relevantes, inclusive a saúde da mulher, mas sem conexão direta com os saberes do território, com os modos de vida das mulheres da floresta, dos igarapés, das periferias. Trata-se como apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), de uma formação que, mesmo com intencionalidade, pode cair na armadilha do tecnicismo sem emancipação, descolada do contexto histórico e cultural que se insere.

Na prática, porém, a presença dessas mulheres no ambiente educacional gera efeitos que transcendem o currículo formal. A convivência, os relatos de vida, as trocas cotidianas e a ocupação do espaço institucional criam dinâmicas de resistência simbólica e de reflexão das trajetórias pessoais e coletivas. Como mostra Gonçalves (2021), no estudo sobre currículos escolares e práticas cotidianas, a escola deve ser compreendida como espaço de produção cultural, resistência simbólica e reinvenção dos sentidos de existência. O Ifac, nesse sentido, se transforma em território de luta, pertencimento e reconstrução de sonhos.

A análise do programa também considera dados provenientes da avaliação de políticas públicas. Avaliar uma política significa compreender sua efetividade, escutando as vozes de quem vivencia sua implementação (Freitas, 2008; Sacristán, 1998). Para tanto, conforme normas do programa, foi aplicado um formulário de avaliação da satisfação das alunas, ao qual está descrito no relatório disponibilizado via e-mail pela coordenação do programa.

3.5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

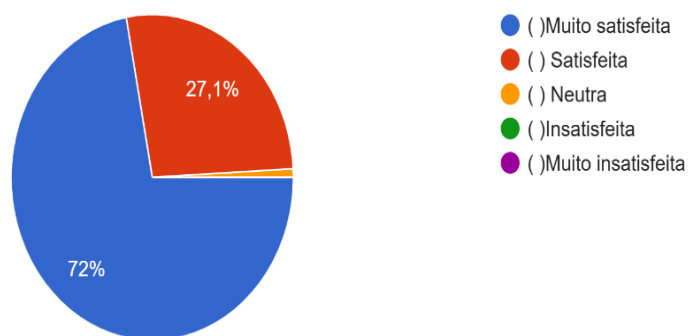
A análise dos dados obtidos por meio do relatório de Execução de atividades - Rio Branco, disponibilizado pela coordenação do Programa Mulheres Mil - Ifac, apresentam quatro questões a respeito dos aspectos da experiência formativa vivenciada pelas participantes.

Neste capítulo, discutiremos os principais resultados obtidos a partir das respostas ao questionário avaliativos, o mesmo apresentava diferentes alternativas de respostas para as questões.

Figura 01 – Gráfico com os resultados

Qual é o seu nível de satisfação geral com o Programa Mulheres Mil?

118 respostas



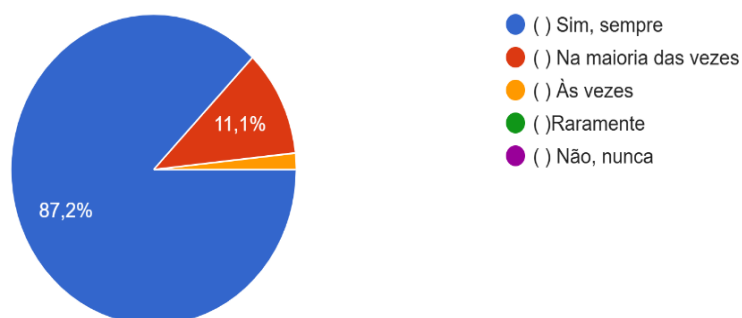
Fonte: Ifac (2024, relatório interno enviado por e-mail)

A primeira questão, buscou o nível de satisfação geral com o programa, 72% das alunas afirmaram estar “muito satisfeitas”, 27,1% relataram-se “satisfeitas” e apenas 0,9% se colocaram de forma “neutra”, sem qualquer indicação de insatisfação. Esse resultado apresenta um alto índice de aprovação, o que pode ser interpretado de forma positiva quanto à execução do programa.

Figura 02 – Gráfico com os resultados

Você sente que o programa ofereceu um ambiente de apoio e suporte adequado para o seu aprendizado?

117 respostas



Fonte: Ifac (2024, relatório interno enviado por e-mail)

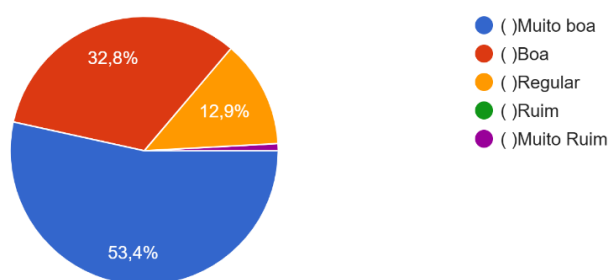
Na segunda questão, sobre o ambiente de apoio e suporte adequado durante o curso, 87,2% das participantes afirmaram ter recebido apoio “sempre”, enquanto 11,1% responderam “na maioria das vezes” e 1,8% “às vezes”. Não houve menções às alternativas “raramente” ou “nunca”, o que

evidencia um ambiente acolhedor que atende as necessidades para o público-alvo, constituídos majoritariamente por mulheres em situação de vulnerabilidade. Conforme Hubner et al. (2017), o programa possui um caráter formativo que vai além de um ensino técnico, incorporando dimensões afetivas e subjetivas que fortalecem a autoestima e a construção de identidades.

Figura 03 – Gráfico com os resultados

Como você avalia a qualidade dos recursos didáticos utilizados no programa (livros, materiais de apoio etc.)?

116 respostas

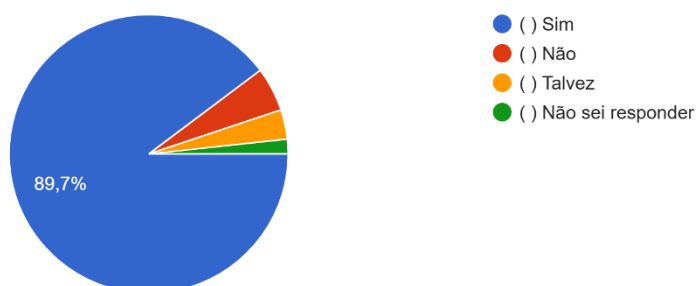


Fonte: Ifac (2024, relatório interno enviado por e-mail)

A terceira questão abordou a percepção das alunas quanto à qualidade dos recursos didáticos utilizados. Os dados mostram que 53,4% classificaram como “muito boa”, 32,8% como “boa”, 12,9% como “regular” e 0,9% como “muito ruim”. A partir desse resultado, é necessário promover uma reflexão crítica sobre a adequação do material didático à realidade das mulheres amazônidas. Como apontam Quirino e Lima Neto (2021), a efetividade de uma proposta pedagógica está profundamente ligada à capacidade de dialogar com os territórios e com os saberes das mulheres que vivem nesses contextos. A territorialidade precisa estar refletida nos conteúdos e materiais, para que haja identificação, pertencimento e apropriação dos saberes. A desconexão entre o material e a realidade vivida pode comprometer a motivação e o desenvolvimento da autonomia e identidade.

Figura 04 – Gráfico com os resultados

O Programa Mulheres Mil contribuiu para o seu retorno aos estudos?
117 respostas



Fonte: Ifac (2024, relatório interno enviado por e-mail)

Na quarta questão, buscou o impacto do programa no retorno aos estudos, 89,7% das alunas responderam afirmativamente. Embora o relatório não traga a distribuição percentual exata das demais respostas ("não", "talvez", "não sei responder"), observa-se um indicativo considerável de que o programa atuou como um incentivo à continuidade dos estudos. Esses dados confirmam o que Oliveira et al (2021), identificam como "empoderamento" das participantes, com o fortalecimento de sua autoestima, valorização pessoal e a percepção de novos caminhos educacionais e profissionais.

Além disso, conforme destaca o Ministério da Educação (2011), os resultados do projeto-piloto do Programa Mulheres Mil já apontavam para contribuições significativas na vida das participantes, como a descoberta de si como cidadãs, melhorias na relações interpessoais e o incentivo à escolarização. Tais achados também são corroborados por Ribeiro (2013), Tavares (2018), Almeida (2018) e Carmo (2019) que em seus estudos enfatizam o caráter formativo ampliado do programa, capaz de provocar transformações no cotidiano das mulheres, impulsionando a autonomia e a motivação para alcançar novas oportunidades.

A título de exemplo, em Rio Branco foram ofertadas 480 vagas. Desse total, 323 mulheres concluíram os cursos e 157 abandonaram, sendo uma taxa de evasão de 32,7% e de conclusão de 67,3%. O que demonstra a realização dos cursos, mas também a possibilidade de escuta e valorização da mulher acreana.

Dessa forma, embora os dados demonstrem aprovação, eles também servem como base para revisão de práticas e reformulação em seus projetos pedagógicos. A análise crítica permite a reafirmação dos acertos e a avaliação de possibilidades, sobretudo à produção de materiais contextualizados, à continuidade do suporte institucional e à articulação com a identidade, os contextos e os anseios da mulher na Amazônia Acreana. Como aponta o Guia do Programa Mulheres

Mil (SETEC/MEC) a formação deve integrar dimensões como gênero, território e cidadania (Brasil, 2023).

Pois, como nos traz Paulo Freire(1996), os homens se educam em comunhão, o Programa Mulheres Mil, quando valoriza o território, pode tornar-se a mediação entre a realidade e o sonho, entre o sofrimento e a potência, entre o silenciamento e a voz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir e questionar a implementação de uma política pública vai além do simples constatar seus resultados, é um exercício necessário para aprimorá-la, adaptá-la e torná-la mais acessível, mais efetiva, tornando-a não apenas a ser cumprida, mas com o potencial de transformação social, principalmente na Amazônia acreana, um território plural, marcados por desafios geográficos, desigualdades históricas e uma rica diversidade cultural.

Este trabalho evidenciou que o PMM tem potencial significativo de transformação, contribuindo para a valorização das mulheres amazônidas acreanas, promovendo a autoestima, autonomia, e o incentivo ao retorno aos estudos. Os dados apresentados apontam para um alto grau de satisfação das participantes, indicando que a política pública, em sua essência, cumpre com sua função de inclusão e promoção social.

Contudo, a análise revela também a necessidade de aperfeiçoamento, para que o programa avance, é fundamental que elementos como a territorialidade, a identidade, a cultura, a origem e a singularidade das mulheres da região sejam consideradas de formas mais explícitas em sua estrutura curricular, materiais didáticos, e nas práticas pedagógicas. Para que seja uma política que não apenas alcance, mas que reconheçam e dialoguem com a realidade da mulher amazônida acreana.

Portanto, valorizar os avanços já conquistados e, ao mesmo tempo, reconhecer os desafios ainda presentes é um passo fundamental para consolidar políticas públicas verdadeiramente emancipatórias e enraizadas na realidade acreana. Nesse contexto, o PMM se apresenta com um campo de possibilidades para que as mulheres amazônidas sigam escrevendo suas histórias com mais autonomia, dignidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. C. Avaliação de políticas públicas: um estudo de caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas com enfoque na eficiência, eficácia e efetividade. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.
- ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel. Ofícios e saberes: desafios e perspectivas para a educação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.html. Acesso em: 17 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023. Institui o Programa Mulheres Mil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-725-de-13-de-abril-de-2023-476993529>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Mulheres Mil: projeto piloto na Rede Federal. Brasília: MEC/SETEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institucionalização do Programa Mulheres Mil na Rede Federal. Brasília: MEC/SETEC, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório de execução do Programa Mulheres Mil 2016–2022. Brasília: MEC/SETEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil. Brasília: MEC/SETEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/mulheres-mil/GuiaMulheresmil.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CARDOSO, Eduardo; PORTAL, Tânia; CARVALHO, Josiane. Avaliação das políticas públicas: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2023.

CARMO, N. C. Programa Mulheres Mil: Uma Análise Multidimensional. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Pós-graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

CASTRO, Edna R. de; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica e desenvolvimento regional na Amazônia. In: CASTRO, Edna R. de; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica da Amazônia (org.). Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 15-36. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/UFPA-NAEA-Livro-02-Formacao-Socioeconomica-Amazonia.pdf>.

CASTRO, Edna. Territorialidades e conflitos na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

CIAVATTA, Maria. Trabalho, educação e currículo: teoria e prática da educação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORDEIRO, A. A. S.; SILVA, E. A. C.; MENDES, D. M. “Amazonizar”: educação e ontologia política dos povos amazônicos. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, spe 3, e19482, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v19i00.1948201>.

DE OLIVEIRA, Aline Neto et al. Empreendedorismo de Mulheres de Baixa Renda: Estudo de Caso do Programa Mulheres Mil no IF Sudeste MG–Campus Barbacena. Revista Valore, v. 6, p. 81-103, 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas públicas e gestão da educação: espaços e tensões da participação democrática. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; DUARTE, Ana Maria (Orgs.). Políticas públicas e educação básica no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

FREITAS, Heloisa Lück. Avaliação formativa e construção do conhecimento em contextos educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. São Paulo: Cortez, 2005.

GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GONÇALVES, Rafael Marques. Currículos bricolados, tecidos e reinventados: uma conversa sobre cultura e cotidiano escolar. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 18, n. 52, p. 93-105, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Acre. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Resumo técnico do Censo Escolar 2024. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE – IFAC. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2024. 1.^a revisão. Aprovado pela Resolução CONSU/IFAC nº 41, de 14 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2020-2024>. Acesso em: 13 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. Missão, Visão e Valores. Rio Branco: IFAC, 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 08 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE – IFAC. Relatório de execução do Programa Mulheres Mil – Campus Rio Branco, 2024. Documento interno. Relatório enviado por e-mail pela coordenação local do programa. Rio Branco: IFAC, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2023: microdados por estado – Amazonas. Em: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024, Todos pela Educação. Disponível em: Inep/Tabulação de microdados – Amazonas – total de escolas: 5.081

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Censo Escolar da Educação Básica – 2020. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 18 jul. 2025.

QUIRINO, Gisele Dias; LIMA NETO, Avelino Aldo de. O Programa Mulheres Mil no Campus Canguaretama do IFRN: análise socioeconômica e educativa. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 63, p. 270-289, jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p270-289>. Acesso em: 17 jul. 2025.

RIBEIRO, L. E. G. A Qualificação Profissional e Cidadã: Um Estudo do Programa Mulheres Mil, a Partir da Experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/unb, Brasília, 2013

SACRISTÁN, José Gimeno. Avaliação da aprendizagem escolar: a qualidade e a equidade. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol dos; BENTES, Livia Maria Neves; BARBOSA, Suellen Ferreira. Currículo, Educação Física e multiculturalismo: análise de um currículo ribeirinho colonizado. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 24, n. 2, p. 300-317, 2019.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.